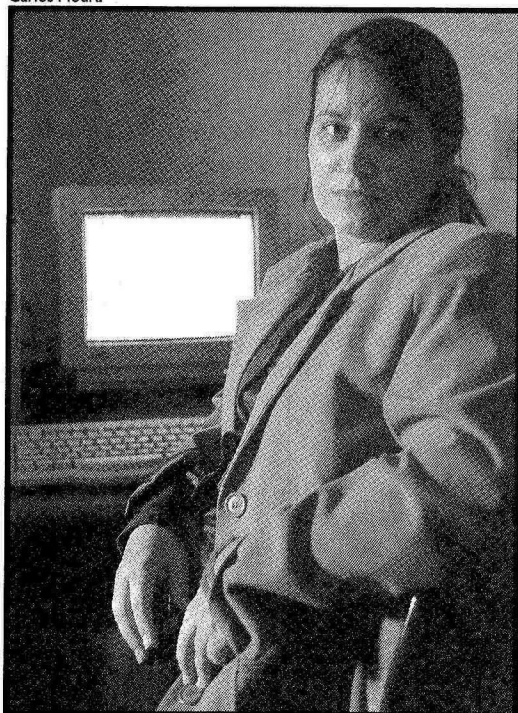


Professores da Universidade Católica desautorizam uso de pesquisa feita por eles para justificar a suspensão do programa

ARGUMENTO FURADO

Carlos Moura



“NÃO É CORRETO USAR RESULTADOS DE UM ESTUDO SÉRIO E ISENTO PARA JUSTIFICAR O FIM DE UM PROGRAMA, NESSE MOMENTO, MUITO IMPORTANTE PARA O DF.”

Kátia Brasil
Coordenadora da Pesquisa da
Universidade Católica de Brasília

Maria Clarice Dias
Da equipe do **Correio**

O PROGRAMA BOLSA-ESCOLA PODE ATÉ PASSAR POR MUDANÇAS PARA MELHORAR, MAS NÃO DEVE SER EXTINTO. ASSIM PENSAM AS 16 PESSOAS, ENTRE EDUCADORES E POLÍTICOS, OUVIDAS ONTEM PELO CORREIO SOBRE A DECISÃO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL DE INTERROMPER O PROGRAMA QUE BENEFICIA 25 MIL FAMÍLIAS DO DF CUJAS CRIANÇAS FREQUENTAM A ESCOLA.

Mesmo para deputados distritais da bancada do governador Joaquim Roriz, o fim do programa é discutível. César Lacerda (PTB), por exemplo, se diz a favor da Bolsa-Escola. “Foi um programa que levou o nome de Brasília para todo o mundo e deu certo até hoje.”

A decisão anunciada pela secretária de Educação do DF, Eurides Brito perde a força exatamente porque uma das pesquisas citadas por ela para justificar a extinção da bolsa não critica o programa. Ao contrário, elogia. As pesquisadoras da Universidade Católica de Brasília desautorizam a secretária de usar o estudo para fins políticos ou para chegar a conclusões tortas.

“O programa já se mostrou fundamental para manter a criança em lugar de criança: na escola”, argumenta Kátia Brasil, atual coordenadora da

pesquisa, que garante que em momento algum a pesquisa se pretende política. “Não é correto usar resultados de um estudo sério e isento para justificar o fim de um programa, nesse momento, muito importante para o DF”

Desenvolvido por quatro professoras da Universidade Católica de Brasília desde o ano passado e ainda sem conclusões definitivas, o estudo sobre “Trabalho Infantil, Concepções Familiares e a Possibilidade de Inclusão Social da Criança — entre a Escola e o Assistencialismo” dá dicas sobre o papel importante que a Bolsa-Escola exerce no DF para tirar crianças da rua.

Segundo Kátia, mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília e professora do departamento de Psicologia da Católica, os resultados prévios do estudo mostram que, para contribuir para a inclusão social de crianças em situação de risco no DF, seria preciso que a Bolsa-Escola integrasse um programa maior, que inserisse os menores em outras atividades sócio-educativas.

“Pela manhã, eles ficariam na escola. À tarde, desenvolveriam atividades como esportes, artes ou aulas de reforço, para ter o dia todo cheio, sem risco de voltarem às ruas”, diz a pesquisadora.

A idéia, portanto, não é extinguir a Bolsa-Escola, mas acrescentar outras possibilidades de inclusão social. Kátia cita um exemplo de associação da Bolsa-Escola com programas sócio-educativos que deu certo. Em Ceilândia, crianças de cem famílias são assistidas pelo Cosi, um centro de atendimento de menores, fora da escola. Destas, 25% fazem parte do programa de educação do governo Cristovam.

Conforme as avaliações da pesquisa, os menores atendidos pelo programa que tinham outras atividades no outro turno do dia tinham inclusive melhor desempenho escolar.

Mesmo para Cristovam Buarque, governador do DF até dezembro passado, a Bolsa-Escola po-

de passar por adaptações e correções. “No México, por exemplo, além de frequentar a escola a criança também deve passar por acompanhamento médico. Isso é uma evolução.” No entanto, para Cristovam, trocar o salário mínimo pela distribuição de cestas básicas transformará o programa, que é educacional, em populista.

Para Viviani Neves Legnani, também da equipe da Católica, o estudo, além de não recomendar o fim do programa, não indica que é melhor oferecer cesta básica ao invés de dinheiro. “O benefício do salário devolve dignidade às famílias, antes excluídas. Elas adquirem a capacidade de administrar o próprio dinheiro”, explica.

Pelos dados da equipe da Católica, 14,2% dos alunos do programa trabalhavam antes de receber a bolsa de um salário mínimo. O percentual baixou para 6,7% com a inclusão dos menores na Bolsa-Escola. Pela avaliação de Kátia, o fim do programa devolveria às crianças à rua.

Numa etapa específica da pesquisa, as pesquisadoras entrevistaram 45 crianças de Taguatinga. Todas trabalhavam e estudavam, seis delas recebiam o benefício da Bolsa-Escola. Metade delas vigiavam carros, engraxavam sapatos ou exerciam qualquer outra atividade na rua para ajudar em casa. Mais de 70% foram trabalhar pela primeira vez antes dos dez anos.

No entanto, 63% delas gostariam de apenas estudar. Os outros não se incomodam em ficar na rua na outra parte do dia. O trabalho serve também como um preenchedor de tempo. Eles dizem que não teriam o que fazer em casa. “Está evidente a importância de uma segunda atividade, que complete o tempo da criança”, diz Kátia. “Mas não é preciso terminar com o Bolsa-Escola para isso.” (Colaborou Newton Araújo Jr.)

Leia mais nas páginas 6 e 7